

Governadores farão 'lobby' para influenciar constituintes

Janio de Freitas

Há diferenças no ar

As razões do fenômeno são imprecisas, mas que se trata de fenômeno não há dúvida: a velocidade com que o ministro Bresser Pereira perde prestígio no círculo dos influentes, de duas ou três semanas para cá, só costuma acometer os que se metem em emburalhadas. E Bresser tem sido, ao longo de uma vida pública que não se iniciou no Ministério da Fazenda, o oposto de José Reynald — perdão, de emburalhada.

Embora o desgaste de Funaro, em tal círculo, fosse absoluto e irremediável desde muito antes de sua queda, o que explica o sentimento de alívio perceptível com clareza em sua saída, Bresser não foi recebido com expectativas favoráveis, mas com reserva cautelosa para não ser evidente demais. Ressalte-se, a propósito, que declaração pública nada tem a ver com a realidade interna dos círculos influentes, nem, do mesmo modo, os empresários muito presentes ao noticiário são, necessariamente, do círculo que detém influência mesmo.

Mais do que o Plano Bresser, dois fatores prestigiaram o ministro no círculo dos influentes. O primeiro, anterior ao lançamento do Plano, deu-se no dia em que Bresser, depois de uma reunião no Rio a pretexto de conhecer alguns funcionários do alto escalão de seu Ministério, desapareceu de repente e misteriosamente da vista dos repórteres, que não mais o localizaram naquele dia. Bresser, na verdade, tinha vindo ao Rio para almoçar, a pedido seu, com o empresário Roberto Marinho. Expôs nesta ocasião, com franqueza que chegou a surpreender, seus pontos de vista sobre o estado da economia, o que planejava, sobre a administração e o governo como todo. E até sobre a ferrovia Norte-Sul, que ainda não explodira em escândalo mas já era razão de polêmica.

Ao fim do almoço, conquistara um apoio importantíssimo. Não por causa

da TV Globo, sujeita sempre a equilibrar injunções as mais diversas, senão porque no interior do círculo influente as exigências de Roberto Marinho, para dar apoio pessoal, são tidas como inigualáveis. Ao se difundirem, as opiniões favoráveis de Roberto Marinho substituíram as reservas dos influentes por apoio franco, e não só, como se dera com Funaro, apoio tácito.

Apressado o lançamento do Plano pelo desejo do presidente Sarney de esfumaçar o escândalo da Norte-Sul, Mário Henrique Simonsen consolidou o apoio a Bresser. Suas opiniões na intimidade não reproduzem os aplausos de suas entrevistas, mas o argumento de que faltar com o apoio a Bresser poderia lançar a economia ao caos, por predominância de questões políticas sobre as técnicas, levou o círculo influente ao apoio tácito, quando certos componentes do Plano, incompatíveis com muitas das idéias que Bresser antes expusera, já arruinavam o apoio por aceitação das teses.

De repente, a queda sem pára-quadras. E, no entanto, por mais que se procure motivo preciso, direto, o que se encontra é um sentimento difuso, que a cada instante parece mais determinado por uma causa diferente da anterior — ora a certeza da recessão negada por Bresser, ora a insatisfação com os ares crescentemente autoritários do ministro, mais adiante o aborrecimento com a mentalidade irrefreável do tecnocrata, e coisas assim. Se a intuição não falha, e admitindo a conveniência de uma idéia que resume tantos aspectos, uma palavra basta para definir o estado de espírito do círculo dos influentes: cansaço.

Cansaço de que Bresser é objeto mas no qual, sobretudo, entra como símbolo de um governo, de uma presidência — ou melhor, da falta de um e de outra. Se for este cansaço, é um cansaço que sempre teve consequências no Brasil.

Das Sucursais de Recife e do Rio

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, anunciou ontem em Recife (PE), após cinco horas reunido a portas fechadas, no Palácio do Campo das Princesas, com os governadores Miguel Arraes (PE), Waldir Pires (BA), Tasso Jereissati (CE), Moreira Franco (RJ) e Geraldo Melo (RN), a determinação dos presentes em dar início a uma grande ofensiva junto ao Congresso constituinte e ao governo federal. Evitando usar as expressões "frente" ou "bloco" de governadores, Quércia denominou a estratégia de "lobby". Os governadores trataram também do fortalecimento do PMDB, "muito importante para as mudanças no país", segundo Arraes.

Quércia defendeu que os governadores peemedebistas façam valer a "força e legalidade" de seus mandatos para que seja aprovada uma Carta que reflita "os anseios da população, as propostas defendidas pelo PMDB e a realidade do país". "A legalidade está conosco, governadores, e não com o governo federal", disse.

Mandato presidencial e forma de governo não foram temas da reunião, cujo pretexto foi a assinatura de um convênio de cooperação de ciência e tecnologia. As questões foram retiradas por Quércia e Arraes. "Estas questões não são prioritárias, no momento, para o país, que vive uma grave crise econômica", disse Arraes.

Quércia defendeu a necessidade de os governadores transformarem em ação política concreta a "unidade revelada durante a convenção do PMDB", realizada dias 18 e 19 de julho. A reunião geral dos governadores do PMDB foi transferida para



Arraes (à esq.) e Quércia assinam convênio na área de ciência e tecnologia

a primeira quinzena de setembro, no Rio. A princípio, estava marcada para o próximo dia 29, mas, "diante do fato de termos nos aprofundado em questões políticas, e não apenas na reforma tributária, haverá necessidade dos governadores presentes fazerem uma consulta aos demais antes da próxima reunião", disse Quércia. Os governadores pretendem elaborar um documento a ser enviado ao Congresso constituinte e ao governo federal. "A idéia desta ação conjunta dos governadores é evitar que seja aprovado um texto conservador, longe da realidade brasileira e que não reflita as propostas defendidas pelo PMDB", afirmou Geraldo Melo.

Quando ao fortalecimento do PMDB, o governador paulista disse que "há muitas pessoas interessadas em dividi-lo" e que os governadores consideram que "o PMDB tem que cumprir suas promessas e propostas, importantes para a mudança do

país". Para Tasso Jereissati e Moreira Franco, o PMDB está deixando de ser uma frente para se transformar "com rapidez" em um partido. Questionado se o partido comportaria pessoas tão díspares como Miguel Arraes, Orestes Quércia e José Sarney, Waldir Pires disse que "ele não será formado por nomes mas por suas propostas".

Os governadores trataram também da necessidade de uma reforma tributária, para que "os governos estaduais possam cumprir suas propostas de governo", segundo Miguel Arraes, para quem os governadores presentes ao encontro de ontem estão de acordo com o texto elaborado pelos secretários da Fazenda dos Estados, pelo qual a reforma tributária deverá aumentar o percentual dos recursos destinados aos governos do Nordeste. "Estamos de acordo, e há somente alguns pontos a serem discutidos", disse o governador pernambucano.

Objetivo é o consenso nos temas polêmicos

A reunião dos 22 governadores do PMDB, que deverá ser realizada no Rio, em setembro (data e local ainda não definidos), terá o objetivo de definir posições consensuais sobre temas que causam polêmica no Congresso constituinte, como reforma tributária, sistema de governo, mandato presidencial e plebiscito sobre a nova Constituição.

Inicialmente, a reunião estava prevista para o dia 8 passado. Depois, foi transferida para o dia 10 e finalmente adiada, quando o governador de São Paulo, Orestes Quércia, ponderou que o debate sobre reforma tributária criaria um confronto entre os governadores. Este tema, no entanto, será um dos principais do encontro, porque os Estados vivem "uma realidade extremamente difícil, pois todos estão quebrados", segundo o governador do Rio, Moreira Franco.

Além de uma orientação para as respectivas bancadas federais sobre a necessidade de se preservar e ampliar o poder de arrecadação dos Estados e municípios — previsto no Projeto Cabral —, os governadores pretendem assegurar a autonomia das futuras constituições estaduais. Moreira quer fazer frente às atuais pressões do governo federal contra o texto sobre reforma tributária elaborado pela Comissão do Sistema Tributário, que reduz o poder de arrecadação da União.

A idéia de assegurar a autonomia das constituições estaduais, evitando que se limitem a ser uma cópia da Constituição federal, tem em vista a possibilidade de os Estados virem a criar leis próprias sobre tributação.

Partidos discutem na 5ª sistema de governo

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro, relator da Comissão de Sistematização, vai apresentar três propostas de sistema de governo aos líderes de todos os partidos no Congresso constituinte, numa reunião marcada para a próxima quinta-feira. Além do parlamentarismo "mitigado" do atual anteprojeto, Cabral vai sugerir os sistemas presidencialista e parlamentarista puros. "Sou parlamentarista, mas quero ouvir a opinião de todos", disse ele ontem. Os líderes discutirão também a duração do mandato do presidente José Sarney.

Se não for obtida uma posição consensual, Cabral vai manter, em seu substitutivo, as propostas do anteprojeto da Comissão de Sistematização: parlamentarismo "mitigado" — em que o primeiro-ministro comanda o governo, mas é indicado pelo presidente — e um mandato de cinco anos para Sarney. Mas fará alterações no item do sistema de governo com base numa emenda apresentada pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), de centro-direita, presidente da Comissão de Sistematização, que defende um parlamentarismo "mais puro".

O presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e os

líderes peemedebistas não terão uma interferência especial nesta decisão do relator, apesar de o partido ser majoritário no Congresso constituinte. Ontem, durante reunião de quase sete horas na residência de Ulysses, entre Cabral e a cúpula peemedebista, o sistema de governo não foi discutido.

Como a reunião se prolongou até o início da noite, no edifício sede do Banco do Brasil, Cabral esperava discutir o sistema de governo com o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, e com o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara. Ulysses, que exerce interinamente a Presidência da República, não estava presente nessa segunda rodada de negociações.

Apesar das longas reuniões, o PMDB adiou a decisão dos assuntos mais polêmicos da nova Constituição, como a "Reforma Agrária", "Anistia", "Sistema de Governo" e "Estabilidade". Alguns desses pontos não foram sequer mencionados nos encontros. A questão agrária foi posta de lado e classificada de "difícil negociação". "Dificilmente haverá um consenso sobre a Reforma Agrária", disse Cabral.

Apesar de a reunião não ter produzido conclusões, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, estava otimista por ter visto solucionadas nos últimos dias várias questões secundárias. "Avançamos em 80%", afirmou, acrescentando que o substitutivo, a

ser apresentado no próximo dia 23, terá cerca de 250 artigos.

"O novo texto está ficando razoável", disse Covas. A reunião da manhã dedicou atenção especial ao tema da "Seguridade". Uma emenda, apresentada pelo deputado José Serra (PMDB-SP), centro-esquerda, foi praticamente aceita pelos presentes. Mas alguns ajustes foram adiados. Hoje, Cabral se reúne, à noite, com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e com o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), centro-esquerda — que foi relator da Comissão da Ordem Social —, para discutir a proposta de Serra.

A controvérsia está restrita à destinação exclusiva da folha de pagamentos para a seguridade social, que incluirá previdência, saúde e assistência social.

Congresso prossegue hoje com os debates

Com um debate sobre "Sistema Eleitoral e Voto Distrital", o Congresso constituinte prossegue hoje, a partir das 18h45, a série de sessões extraordinárias para a discussão dos pontos mais polêmicos da nova Carta. Quinze oradores devem falar no debate de hoje, com um tempo de vinte minutos para cada um. Até ontem à noite estavam inscritos Paulo Delgado (PT-MG), Itamar Franco (PL-MG), Lysâneas Maciel (PDT-RJ), Roberto Freire (PCB-PE), Lídice da Mata (PC do B-BA) e Francisco Rossi (PTB-SP).

Novo painel para as votações já está concluído

Da Sucursal de Brasília

O painel eletrônico do plenário da Câmara dos Deputados (onde funciona o plenário do Congresso constituinte) ficou pronto ontem, mas o dia de sua reinauguração ainda não foi definido, segundo o secretário-geral da mesa da constituinte, Paulo Afonso Martins. O painel — em reforma há um ano — permitirá que a votação de uma matéria no Congresso constituinte ocorra dentro do prazo de oito segundos, conforme estimativa de Paulo Afonso. Atualmente, pelo processo nominal, o prazo mínimo de votação é de duas horas.

O novo painel tem funcionamento diferente do antigo, desativado desde julho de 1985, quando vários parlamentares foram flagrados votando duas vezes. Segundo Paulo Afonso, a partir de agora não será mais possível a alguém votar pelo companheiro ausente. Como no plenário da Câmara existem somente 459 cadeiras para os 559 constituintes, alguns constituintes terão de usar os terminais colocados nas cadeiras da taquígrafia e em quatro pontos avulsos dentro do plenário.

Conselho pede a revogação da LSN a Brossard

Da Sucursal de Brasília

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC), ligado ao Ministério da Justiça, decidiu ontem propor ao ministro Paulo Brossard a revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), e que os crimes contra o Estado democrático sejam previstos em capítulo a ser acrescentado ao Código Penal. Brossard pediu aos conselheiros do CNPCC que sejam preparadas sugestões para alteração da LSN, que deverão estar concluídas até o dia 21 de setembro.

Caso a proposta de revogação da LSN não seja aceita pelo ministro, o CNPCC vai propor a supressão dos dispositivos da prisão cautelar e da competência da Justiça Militar para julgar crimes contra o Estado, que constam da LSN. Nas discussões de ontem entre os membros do CNPCC ficou estabelecido que os crimes contra a segurança externa (traição, espionagem) já estão previstos no Código Penal Militar e não necessitam de lei especial.

Ulysses divide Presidência com a Constituinte

Da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, 70, dividiu ontem seu primeiro dia útil de trabalho como substituto do presidente José Sarney (que está no México) entre a Presidência interina da República e o Congresso constituinte. Ulysses passou a manhã em sua residência oficial, na Península dos Ministros, no Lago Sul de Brasília, onde reuniu-se com os relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização, só seguindo para o Palácio do Planalto à tarde.

Às 15h recebeu para despacho o ministro da Justiça, Paulo Brossard. Em seguida, reuniu-se com os ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) e Ivan de Souza Mendes (SNI). Segundo Carlos Zarur, portavoaz interino, Ulysses não assinou nenhum ato nem recebeu qualquer telefonema de Sarney.

Exército e PMs são contrários à desvinculação

Da Sucursal de Brasília

O Exército e as Polícias Militares de diversos Estados vão iniciar um trabalho de persuasão, junto aos constituintes, com o objetivo de evitar que seja aprovado o item do substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, que desvincula as PMs do Exército, subordinando-as exclusivamente aos governadores.

De acordo com a atual Constituição, as Polícias Militares são consideradas "forças auxiliares, reservas do Exército". O Exército pode intervir nas PMs e passar a comandá-las em caso de distúrbios graves, ou ainda se ocorrerem problemas na administração das polícias. O controle das PMs estaduais é feito através da Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão do Estado-Maior do Exército.

